

DEZENAS DE CORPOS DE IDOSOS POR RECLAMAR NAS MORGUES



“SÓ NOS PREOCUPAMOS COM OS VIZINHOS QUANDO CHEIRAM MAL”

Págs. 6/7

– diz-nos o Presidente da Cáritas

Director: Carlos Saraiva
Ano XXVIII | n.º 1490
17 de Fevereiro de 2011
Preço 1,40 € (IVA incluído)

o Crime

| Semanário, sai às quintas-feiras | jornalcrime@gmail.com | ocrime-geral@net.vodafone.pt |

De futebolista “frustrado” a empresário de bares e disc-jockey



COMO O EMPRESÁRIO DE MOURINHO E RONALDO CHEGOU AO TOPO

Págs. 10/11



VENCEDOR DA “CASA DOS SEGREDOS” JÁ GASTOU O PRÉMIO...



AJUDEM-ME A COMPRAR UMA QUINTA...

Pág. 19

ELE DEU-NOS UMA ENTREVISTA ANTES DE MATAR O PAI!

“UM DIA ALGUÉM VAI MORRER!”

COMO A DISPUTA POR UMA HERANÇA DESTRUIU UMA FAMÍLIA

Págs. 8/9

Jovem diz que foi torturado em esquadra da PSP

“MURROS, PONTAPÉS, MORDIDELAS, CHOQUES ELÉCTRICOS”

PSP alega que só usou ‘força necessária’ Pág. 19



Crime homossexual com mutilação em Guimarães

ARRANCOU-LHE O CORAÇÃO PARA ‘NÃO AMAR MAIS NINGUÉM!’



Pág. 5

ENTREVISTA O POLÍCIA SINDICALISTA QUE A PSP QUER DESPEDIR



Págs. 12/13

‘HÁ POLÍCIAS A SERVIR À MESA!’

‘FALTAM CARROS PARA A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL MAS HÁ VIATURAS PARA OUTRAS FUNÇÕES...!’

RAPTADA HÁ 20 ANOS DA MATERNIDADE REENCONTROU OS PAIS!



Pág. 17



Armando Ferreira, o polícia-sindicalista que a PSP quer despedir:

“Há polícias a servir à mesa!”

Entrevista: Carlos Saraiva

O pré-aviso de greve transformou o presidente do Sinapol no alvo a abater pela hierarquia da PSP. A batalha jurídica ainda mal começou, mas promete ser longa e dura. Entrevista com um polícia que resiste.

“Crime” - A Direcção Nacional da PSP quer despedi-lo?

Armando Ferreira - Na acusação que me fazem no processo disciplinar é essa a proposta. Não quer dizer que o venham a concretizar. Mas é, só por si grave, que a Direcção Nacional queira despedir um polícia por exercer a actividade sindical.

Sente-se vítima de uma perseguição pessoal?

Sim, claramente. Os ataques

que estão a ser feitos ao sindicalismo na polícia estão a visar os dirigentes do Sinapol e a mim em particular. O meu vice-presidente está também a ser sujeito a medidas disciplinares duras e ainda agora foi condenado a 66 dias de suspensão de serviço. Porém, a história diz-nos que os castigos a sindicalistas na PSP não resultam. Veja o José Carreira, que foi preso e castigado e continuou, ou o António Ramos, que para todos os efeitos práticos foi demitido da PSP e continua.

Eu também continuarei, aconteça o que acontecer. Além disso, esta situação só está a causar revolta entre os polícias.

Mas acha que o Sinapol está ser selectivamente visado?

Sim, porque é o único sindicato de polícia que faz o seu trabalho, pensa pela sua própria cabeça, não anda a receber indicações de terceiros. Fazemos o que consideramos mais relevante para defender os polícias e, por isso, somos incómodos. Somos o sindicato que mais providências cautelares apresenta, ou queixas-crime contra o Director Nacional, por exemplo. É curioso que este Director Nacional é capaz de ser o polícia em Portugal com mais processos-crime.

Está a sugerir que os outros sindicatos não defendem os polícias?

Estou a dizer que não fazem o que nós fazemos. No Sinapol, quem manda sou eu, ou os órgãos

directivos.

Querem despedi-lo alegando que motivos?

Alegam que pratiquei um facto ilícito mas nunca o tipificam. Mencionam o “incitamento à greve”, mas esse não é um facto ilícito. Não há nenhuma lei em Portugal que o diga. Ainda que estivessemos na circunstância de ser proibido fazer greve na PSP, o que ainda não é um facto juridicamente decidido, razão pela qual apresentámos uma queixa sobre violação do direito de greve, no limite, o que seria ilícito era exercer de facto, o direito de greve. A própria lei que a PSP invoca diz que é proibido exercer o direito de greve, não diz que é proibido exercer o direito de convocar. E também me acusam de criar ‘alarme social’.

Admite que, do ponto de vista do cidadão, pode criar algum alarme o facto de os polícias fazerem greve?

Não, porque o sindicato sempre teve a preocupação de dizer que, a haver greve, queria negociar “serviços mínimos” com o Ministério da Administração Interna. A segurança do cidadão seria sempre assegurada em qualquer circunstância. Nunca poríamos a segurança do país em causa.

Você não concordava com a greve?

Na minha vida nunca fui favorável à greve no sentido genérico, embora a compreendesse. Do ponto de vista do sindicato, a greve tinha uma leitura um pouco radical. Mas não podia eu pôr em causa uma decisão colegial. Ou não a suportava e demitia-me, ou considerava que a greve era o único meio de luta que os polícias têm e aceitava-a. Foi o que fiz, tendo sempre o cuidado de assumir que era necessário garantir os “serviços mínimos”.

Chegou a dizer que os ou-

“Já não me lembro porque é que quis ser polícia...”

É polícia há quantos anos?
Este ano cumpro 17 anos de serviço efectivo.

Porque é que escolheu esta vida?

Já não me lembro! Se fosse hoje, nada me lembrava a ser polícia. Vim para a polícia para defender os direitos e defender a justiça e quando vejo que a instituição tem uma visão para fora e outra para dentro, esqueço-me das razões que me trouxeram para a polícia.

Sacrificou a sua carreira para ser sindicalista. Tinha noção disso?

Aliás, eu sacrifiquei a minha carreira para ser polícia. Se não o tivesse feito teria seguido aquilo que era o curso natural face à minha formação académica, que era engenharia informática. Quando entrei para a polícia era proprietário de lojas de computadores. Abduquei de tudo porque queria

ser polícia. Em 1999 inscrevo-me pela primeira vez num sindicato, o SPP, do qual fiz parte da direcção.

Em que medida foi prejudicado na sua carreira por ser sindicalista?

Não ser colocado em serviços por ser sindicalista ou transferência de serviço por ser sindicalista. Estive colocado no centro de inactivação de explosivos em Belas, e agora fui transferido para sentinela à porta da Unidade Especial de Polícia. Ora, um dirigente sindical não pode ser transferido do seu local de serviço. Só à revelia da lei. A hierarquia conhece a lentidão da justiça e sabe que entre apresentar queixa e chegar a decisão, muito tempo decorre. A PSP tem-me feito muita coisa e tenho aguentado. Por isso é que às vezes me perguntam “porque é que tantos polícias se suicidam...”. Suicidam-se porque, se calhar, passam por situações semelhantes e, infelizmente, não têm o estofado do Armando Ferreira.

“Não violei a lei”

Este é o momento mais difícil da sua vida?
Não é. Do ponto de vista pessoal não é com toda a certeza. Considerava-o um momento difícil se soubesse que era culpado de alguma coisa. Tenho a consciência que agi dentro da lei e não tenho medo das consequências imediatas. Uma coisa a PSP não conseguirá: silenciar-me. E, para tal, usarei de todos os meios jurídicos ao meu dispor.

Tem recebido apoio dos seus colegas,

mesmo os que não são sindicalizados ou não pertencem ao Sinapol? Qual foi a que mais o sensibilizou?

Surpreendentemente de colegas que nem conheço. Um colega que trabalha nas Ilhas, polícia há dois ou três anos, disse-me que não tem muitas posses mas que estava disposto a ajudar-me porque eu estou a fazer o que outros não tiveram coragem de concretizar.



Armando Ferreira, 38 anos, casado, 2 filhos, é natural de Viseu. Entrou para a PSP em 1994. Passou pela Polícia Municipal de Lisboa, fez serviço na Direcção Nacional de Polícia e no Centro de Inactivação de Engenheiros Explosivos, em Belas, onde está actualmente colocado. É presidente do Sinapol/Sindicato Nacional de Polícia

tros sindicatos tiveram medo de apoiar a decisão do Sinapol. Há desunião sindical na PSP?

Há, embora os sindicalistas tenham boas relações e até amizade entre si. A desunião vem das decisões que cada um toma. O sindicato dos chefes foi o único que se mostrou solidário com o Sinapol. Já os outros dois vieram a público dizer que era uma medida ilegal, exactamente o mesmo que alegava a Direcção Nacional. Foi por isso que o Sinapol abandonou a Dederacção dos Sindicatos de Polícia. A clivagem entre sindicatos é sobretudo ideológica. Uns são mais radicais do que outros.

O Sinapol é considerado o mais radical?

Radical talvez não. Diria o mais activo. De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2010, fomos o único sindicato que não perdeu sócios. Aliás, nesse período ga-

nhámos sócios, o que só prova que estamos a fazer bem o nosso trabalho.

Quantos polícias estão sindicalizados?

Em todos os sindicatos, penso que 70% dos 22 mil totais. Muitos são filiados em mais do que um sindicato.

Na última semana teve uma audiência com o secretário de Estado da Administração Interna. O que é que lhe disse?

Disse-lhe que Portugal se tornou no único país da UE a promover processos disciplinares contra dirigentes sindicais. É pioneiro no pior sentido. Disse-lhe também que as coisas na PSP não estão bem e que o Sinapol foi, até agora, o único sindicato que não pediu a demissão do Ministro.

Que acolhimento é que encontrou da parte do secretário de Estado?

Nenhum acolhimento em es-

pecial. O senhor secretário de Estado disse-me logo que só estava ali para ouvir

De que forma é que os sindicatos melhoraram a vida dos polícias?

Não melhoraram! Impediram que ficasse pior! Da maneira que as coisas têm sido cortadas, os sindicatos têm servido de travão a mais cortes.

Quase todas as classes profissionais têm problemas. Quais são os principais problemas dos polícias, que sejam específicos na sua profissão?

São mal pagos para a função que desempenham. Há polícias que não correm tantos riscos como a PSP e têm subsídio de risco. Mesmo dentro da mesma instituição, há uns que recebem subsídios e outros não. Há determinadas categorias na PSP que se promovem rapidamente e outras não. Há 18 mil polícias em Portu-



gal que, desde 2005, não sobem de escalão. Perderam os serviços de saúde. Há falta de carros. Basta dizer que por cada viatura que entra para a PSP, têm que ser abatidas 3 antigas. Ora, são comprados carros descaracterizados que depois andam a uso de chefias e por casa um têm que se eliminar 3 caracterizados. Enfim, há muitos problemas.

Quanto ganha um agente da PSP?

No início de carreira, cerca de 900 euros limpos. Com 16 anos de carreira ganhará entre os 1190 e 1230 euros. E ainda paga para trabalhar. Se precisa de uma caneta ou de umas algemas, tem que as pagar na maior parte dos casos. Se o código da estrada muda, o polícia tem que o comprar, para estar actualizado. Temos relatos de esquadras em que o próprio queixoso leva uma resma de papel para oferecer.

Você tem sido crítico dos privilégios das chefias. Que privilégios são esses?

Quando digo “chefias” é um número muito limitado, no topo. Carros de serviço usados para uso pessoal, numa altura em que se pedem sacrifícios. Há chefias que têm esse privilégio, mas há outras que não têm. Há comissários que têm e Intendentes que não. Faltam carros para a investigação criminal mas há viaturas disponíveis para outras funções. Outro exemplo: Porque é que a polícia há-de ter agentes a servir à mesa à mesa dos senhores dirigentes? Não sabem descascar uma maçã ou uma laranja? E porque é que na PSP ainda há várias messes e bares para oficiais? Porém, o valor da refeição é o mesmo, tanto paga o agente como o oficial. O que era bom e que deveria ter ficado do tempo em que a PSP era uma instituição militar, não ficou. Só ficaram os vícios.

Em que medida é que o regulamento disciplinar na polícia é “desactualizado e injusto”, como já tem sido referido?

Tem 21 anos, foi criado para servir de arma contra o movimento associativo e sindical na PSP. Portanto, está feito para isso. Agora é usado como arma de arremesso, como no meu caso. O regulamento só existe para quem a instituição quer que exista. Dois polícias cometem o mesmo erro, um é punido e o outro não. Isto acontece na

PSP.

Que opinião tem do actual Director Nacional?

Do ponto de vista pessoal, não é má pessoa. Conheço-o há 17 anos e trabalhei com ele durante muito tempo. Agora, do ponto de vista institucional, não temos relacionamento nenhum. Nem vamos voltar a reunir com alguém que não respeita os direitos dos sindicatos e usa o regulamento disciplinar para punir um sindicato em vez de o usar para impor a justiça dentro da PSP.

O Director Nacional da PSP devia ser um civil?

Está provado que é melhor ter alguém que não seja polícia à frente da Direcção Nacional. Devia ser alguém com experiência de gestão empresarial. Um director nacional dirige os comandantes e são estes que dirigem os polícias. Um comandante comanda, um director dá directivas. Cada vez mais o que é exigido à direcção nacional é um exercício de gestão e menos de comando.

Os sindicatos tendem, compreensivelmente, a considerar que “todos os polícias são bons”. Que opinião tem acerca da formação dos agentes da PSP?

A qualidade de formação não é má. Má é a quantidade, pois devido à falta de efectivos, a PSP não tem efectivos para se dar ao luxo de fazer a rotação na formação. Na Holanda, todos os polícias são obrigados a fazer 36 horas de formação por ano (uma semana). Cá, os polícias têm alguma formação inicial e, depois, é o que cair na rede. Há mais de 7 anos que eu não tenho formação na PSP. E, como eu, há muitos.

As leis mudam. Como é que os agentes se actualizam?

Tem que ser o polícia a ter a preocupação de verificar as alterações, comprar os livros e os manuais.

Há uma ideia muito difundida, com fundamento ou não, de que “os polícias prendem e os tribunais libertam”. Qual é a sua opinião?

Eu não culpo os juizes nem os procuradores do Ministério Público. O problema está na lei. Os tribunais só libertam porque as leis permitem. O polícia chega a prender a mesma pessoa duas vezes no mesmo dia. Os profissionais da Justiça cumprem o que está escrito.